

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR004465/2011

DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/10/2011

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR054994/2011

NÚMERO DO PROCESSO: 46212.018357/2011-11

DATA DO PROTOCOLO: 17/10/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GUARAPUAVA, CNPJ n. 78.275.666/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARISA DE FATIMA CHEMERES DE LIMA;

E

SINDICATO INTERMUNICIPAL DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 76.683.028/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SIGISMUNDO MAZUREK; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissional dos Empregados no Comércio do Plano da CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com abrangência territorial em Cantagalo/PR, Chopinzinho/PR, Guarapuava/PR, Inácio Martins/PR, Laranjeiras do Sul/PR, Mangueirinha/PR, Pinhão/PR, Pitanga/PR e Turvo/PR.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA – PISOS SALARIAIS

Assegura-se, a partir de 1º DE JUNHO DE 2011, aos empregados que tenham prestado serviços ao

mesmo empregador por 90 (noventa) dias ou mais, os seguintes pisos salariais:

A) – Aos empregados lotados nas funções de pacoteiro, copa, cozinha, limpeza, portaria, contínuos e

“office-boys” – R\$ 640,00 (Seiscentos e Quarenta Reais);

B) – Aos demais empregados – R\$ 745,00 (Setecentos e Quarenta e Cinco Reais);

C) Aos empregados comissionistas com mais de 90 (noventa) dias de trabalho ao mesmo empregador, caso as comissões não alcancem valor correspondente, assegura-se uma garantia

salarial mínima de R\$ 745,00 (Setecentos e Quarenta e Cinco Reais), a qual não se somará com

as comissões devidas;

D) Ao trabalhador APRENDIZ, contratado nos termos do Artigo 428 da CLT, fica assegurado piso

salarial de R\$ 545,00 (Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais).

Parágrafo Único: Nos primeiros noventa dias de contratualidade, fica garantido salário igual ao

Salário-Mínimo fixado pelo Governo Federal, a todos os empregados abrangidos pela

Convenção
Coletiva de Trabalho.
Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE SALARIAL

Os integrantes das categorias abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho terão os salários

fixos ou parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º DE JUNHO DE 2011, mediante a

aplicação do percentual de 8,15% (oito inteiros e quinze centésimos por cento), sobre os salários vigentes em 1º de JUNHO de 2010.

§ 1º – Aos empregados admitidos após 1º DE JUNHO DE 2010, será garantido o reajuste estabelecido

acima, proporcional ao tempo de serviço, nos seguintes termos:

MÊS DE ADMISSÃO ÍNDICE ACUMULADO

JUNHO/2010 8,15%

JULHO/2010 7,56%

AGOSTO/2010 7,56%

SETEMBRO/2010 7,56%

OUTUBRO/2010 7,56%

NOVEMBRO/2010 7,17%

DEZEMBRO/2010 5,92%

JANEIRO/2011 4,54%

FEVEREIRO/2011 3,74%

MARÇO/2011 2,50%

ABRIL/2011 1,80%

MAIO/2011 0,94%

§ 2º – COMPENSAÇÕES: A correção salarial ora estabelecida compensa todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória

concedidos pelo empregador, desde JUNHO de 2010. Não serão compensados os aumentos salariais

determinados por promoção, transferência de cargo, equiparação salarial por ordem judicial, término

de aprendizagem ou implemento de idade.

§ 3º – As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidas englobam, atendem e

extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrentes no mês de JUNHO de 2011.

§ 4º – As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a

ser concedidos após JUNHO de 2011, serão compensados com eventuais reajustes determinados por

leis futuras ou disposição de outras Convenções ou Aditivos firmados pelas partes.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA – CHEQUES

Os empregados não terão descontos salariais decorrentes de valores de cheques devolvidos por

insuficiência de saldo bancário e recebidos na função de caixa ou cobrança, desde que cumpridas as exigências da empresa para o recebimento e das quais tenha ciência expressa.

CLÁUSULA SEXTA – DESCONTOS

Os empregadores poderão descontar dos salários dos seus empregados, desde que por eles devida e expressamente autorizados, importâncias correspondentes a seguros, parcela atribuível aos obreiros relativas a planos de saúde, vales-farmácia e outros que revertam em benefício deste ou de seus dependentes. Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE VALOR AO PISO SALARIAL

Fica estabelecida garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto, no País, por jornada integral, fixado por Lei Federal, acrescido de 15% (quinze por cento), garantia esta, sujeita a observância do prazo estabelecido na cláusula dos pisos salariais. Parágrafo Único – Para os efeitos da garantia fixada no “caput” da presente cláusula não será considerado como base de cálculo os valores de piso salarial regional fixado por Lei Estadual, nos termos da Lei Complementar nº 103/2000.

CLÁUSULA OITAVA – EMPRESAS CONCORDATÁRIAS, FALIDAS

As empresas concordatárias e a massa falida, que continuarem a operar e as empresas que comprovarem dificuldades econômicas poderão, previamente, negociar com a Entidade Sindical dos Empregados, condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

CLÁUSULA NONA – COMISSIONISTAS

Aos empregados comissionistas se fornecerá mensalmente o valor de suas vendas, a base de cálculo para o pagamento das comissões, e o repouso semanal remunerado. § 1º – As comissões para efeitos de cálculo de férias, 13º salário, inclusive proporcionais, indenização por tempo de serviço e aviso prévio indenizado, serão atualizadas com base no INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. No caso de extinção ou não divulgação do INPC/IBGE, será adotado como índice inflacionário o IGP-M – ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO, da Fundação Getúlio Vargas. § 2º – Para o cálculo do 13º salário, adotar-se-á a média corrigida das comissões pagas

no ano a
contar de Janeiro; no caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização,
e aviso
prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos doze meses
anteriores ao mês
da rescisão; e no caso de férias integrais, será considerada a média das comissões
corrigidas nos
doze meses anteriores ao período de gozo.
§ 3º – GESTANTES COMISSIONISTAS: Para pagamento dos salários correspondentes à
licença
maternidade, desde que o INSS aceite o regime de correção das comissões, a
remuneração a ser
observada corresponderá à média das comissões dos últimos 12 (doze) meses, corrigidos
segundo o
mecanismo descrito nesta cláusula. O mesmo critério será utilizado quando o empregador
indenizar o
período de licença maternidade, independentemente de aceitação ou não pelo INSS do
cálculo pela
média das comissões corrigidas.
§ 4º – É vedada a inclusão da parcela salarial correspondente ao repouso semanal
remunerado (Lei nº
605/49) nos percentuais de comissão; o cálculo do valor do repouso semanal remunerado
será feito
mediante a divisão total da comissão percebida no mês pelo número de dias efetivamente
trabalhados, multiplicando-se o resultado pelo número de domingos e feriados do mês
correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais havidas a partir do mês de JUNHO/2011, decorrentes da aplicação
da presente
Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ser pagas até a data limite para pagamento
dos salários do
mês de OUTUBRO/2011, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.
Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros
Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas, de forma escalonada, com adicional de 55% (cinquenta e
cinco por
cento) para as primeiras 20 (vinte) mensais, 75% (setenta e cinco por cento) para as
excedentes de
20 (vinte) e até 40 (quarenta) mensais, e de 90% (noventa por cento) para as que
ultrapassarem a
40 (quarenta) mensais.
Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades
Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – QUITAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS

Na rescisão contratual, ficam os empregadores obrigados a dar baixa na Carteira de
Trabalho no prazo
legal e, no mesmo prazo, a proceder o pagamento dos haveres devidos na quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA

No caso de denúncia do contrato, por justa causa, o empregador indicará por escrito a falta cometida pelo empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Por ocasião das homologações rescisórias de contrato de trabalho, efetuadas junto à Entidade Sindical dos Empregados, a mesma deverá exigir Certidão Negativa da Entidade Sindical Patronal.
Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – AVISO PRÉVIO

O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado admitido até 31/10/2003 será de 30 (trinta) dias para o empregado que conta com até 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, e depois,

escalonado proporcionalmente ao tempo de serviço, como segue:

A) de 05 a 10 anos de serviço na empresa – 45 (quarenta e cinco) dias;

B) de 10 a 15 anos de serviço na empresa – 60 (sessenta) dias;

C) de 15 a 20 anos de serviço na empresa – 75 (setenta e cinco) dias;

D) de 20 a 25 anos de serviço na empresa – 90 (noventa) dias;

E) de 25 a 30 anos de serviço na empresa – 105 (cento e cinco) dias;

F) acima de 30 anos de serviço na empresa – 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º – Para os empregados admitidos após 1º/11/2003, o aviso prévio também será proporcional ao

tempo de serviço, na seguinte proporção:

até 04 (quatro) anos de serviço na empresa – 30 (trinta) dias;

após 04 (quatro) anos de serviço na empresa, a cada novo ano completado mais 03 (três) dias de

aviso prévio, além do prazo previsto na letra A deste item, até o limite total de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º – O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador,

poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no período.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ESTÁGIO

Na contratação de estagiários sem vínculo empregatício, como admitido na Lei, será pago ao

estagiário, a título de bolsa-escola, o valor previsto na cláusula dos pisos salariais, letra “A”, desta

Convenção Coletiva de Trabalho, na proporção das horas de sua jornada de trabalho.

§ 1º Os estagiários contratados ficam adstritos à Lei específica, devendo a função exercida na

empresa ser compatível com o curso e currículo escolar;

§ 2º – Não se admite a contratação como estagiários para o exercício das funções de pacoteiro,

faxineiro, cobrador, telefonista, repositor de estoque, “office-boy” e serviços gerais, ficando limitado a

90 (noventa) dias, o período de estágio nas funções de balconista e vendedor.

Mão-de-Obra Jovem

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MENORES

É proibida admissão ao trabalho de menores mediante convênio da empresa com entidades

assistenciais, sem formalização do Contrato de Trabalho, observadas disposições da Lei Nº 10.097, de

19/12/2000.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Quando o empregador admitir o empregado mediante contrato de experiência, deverá fornecer-lhe

cópia do instrumento contra recibo, devidamente datado, bem como, anotar na CTPS, o referido

contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EMPREGADO SUBSTITUTO

O empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, terá direito a igual salário

do empregado de menor salário na função, não consideradas vantagens pessoais

(Instrução Nº 1/TST).

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA – UNIFORMES

Quando exigidos na execução dos serviços, as empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus

empregados uniformes, fardamentos, macacões e outras peças de vestuário, bem como ferramentas,

equipamentos de trabalho e equipamentos individuais de proteção e segurança.

Parágrafo Único: Extinto ou rescindido o contrato de trabalho, deverá o empregado devolver os

uniformes e equipamentos, que continuam de propriedade da empresa, no estado em que se

encontrarem.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ESTABILIDADE DA GESTANTE

A gestante gozará de garantia de emprego, ficando protegida contra a despedida arbitrária ou sem

justa causa desde o momento da confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o

parto, nos termos da letra b, do inciso II, do artigo 10º do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GARANTIA DO ACIDENTADO

O empregado que sofrer acidente de trabalho, conforme definido pela legislação

previdenciária, gozará de garantia no emprego pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da Lei Nº 8.213/91, Artigo 118.
Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório o fornecimento aos empregados de envelope de pagamento ou contracheque, discriminando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANOTAÇÃO EM CARTEIRA DE TRABALHO

Serão anotadas nas Carteiras de Trabalho as funções exercidas, alterações de salários e percentuais de comissão durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como o contrato de experiência e respectivo período de duração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CAIXA/PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os empregados que na loja ou escritório atuarem na função de caixa, na recepção e pagamento de valores, junto ao público, conferindo dinheiro, cheques, cartões de crédito e outros títulos de crédito, notas fiscais, liberando mercadorias e obrigados a prestação de contas dos interesses a seu cargo, terão uma tolerância mensal máxima equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial previsto nesta convenção. Os empregados, entretanto, empregarão toda diligência na execução do seu trabalho, evitando no máximo a ocorrência de prejuízos, observando estritamente as instruções do empregador.

Parágrafo Único – O caixa prestará contas pessoalmente dos valores em dinheiro, cheques e outros títulos de crédito, mediante formulário que prepare e autentique. O empregador ou superior

hierárquico conferirá no ato os valores em cheques, dinheiro e outros títulos, sob pena de não poder imputar ao caixa eventual deficiência.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas
Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 08 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira e de 04 (quatro) horas aos sábados, desde que as 08 (oito) horas a serem laboradas de segunda à sexta-feira estejam dentro do horário das 09h00 às 18h30 e as 4 (quatro) a serem laboradas aos sábados estejam no horário previsto na cláusula relativa ao trabalho em sábados.
Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PRORROGAÇÃO DE JORNADA

Veda-se a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovem a sua situação escolar, desde que expressem o seu desinteresse pela prorrogação.
Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – ACORDO COLETIVO

Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho entre a Entidade Sindical dos Empregados e as Empresas, para compensação ou prorrogação de jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da CLT.
Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – INTERVALO PARA DESCANSO

Os empregadores autorizarão, havendo condições de segurança, que seus empregados permaneçam no recinto do trabalho, para gozo de intervalo para descanso (Artigo 71 da CLT). Tal situação, se efetivada não ensejará trabalho extraordinário ou remuneração correspondente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – LANCHES

Os intervalos de quinze minutos para lanche, nas empresas que observem tal critério, serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho do empregado.
Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado será fruído aos domingos. Nas atividades que por sua natureza determinem trabalho aos domingos, será garantido aos empregados repouso em pelo menos 02 (dois) domingos ao mês.
Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – ABONO DE FALTAS

Abonar-se-ão faltas aos empregados estudantes e vestibulandos, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – TRABALHO APÓS AS 19H00 HORAS

Os empregados que, em regime de trabalho extraordinário, operarem após as 19h00 (dezenove horas), desde que excedidos 45 (quarenta e cinco) minutos da jornada normal, farão jus a refeição fornecida pelo empregador ou a um pagamento no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por dia em que ocorrer tal situação. Tal parcela terá natureza indenizatória.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – TRABALHO EM SÁBADOS

Fica convencionado que os empregadores poderão utilizar a mão de obra de seus

empregados em todos os sábados, no horário das 09h00 às 16h00, sempre respeitando as 44 (Quarenta e Quatro) horas semanais de labor, sendo que, nos sábados imediatamente anteriores a datas festivas, tais como, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Dia da Criança, até as 18h00 (dezoito horas), tendo os empregados direito a lanche no valor de R\$ 12,00 (DOZE REAIS) nesse sábado de trabalho, ressalvado o direito das empresas com horário já ampliado. O direito ao recebimento do lanche não será cumulativo com o disposto na cláusula relativa ao TRABALHO APÓS AS 19h00 HORAS desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – FEIRAS ITINERANTES

Aos trabalhadores que laborarem em feiras itinerantes e similares realizadas na base territorial dos sindicatos subscritores aplicam-se as normas de proteção ao trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 5.452/43) e legislação complementar, observadas ainda as cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho e as seguintes disposições:

a) a empresa promotora deverá observar os dispositivos das Leis Municipais que regulamentam

a matéria referente as feiras itinerantes;

b) os expositores representados pelo SINDICATO INTERMUNICIPAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, deverão remeter, previamente, aos sindicatos signatários, a relação dos empregados que trabalharão

no evento, as respectivas jornadas de trabalho destes empregados e cópias das suas CTPS

em que conste o registro do contrato de trabalho.

§ 1º – A jornada de trabalho dos empregados dos expositores será de oito horas diárias, à qual

poderão ser acrescidas duas horas suplementares, que deverão ser remuneradas na forma prevista

pela presente Convenção Coletiva Trabalho, cabendo aos sindicatos signatários homologá-la

previamente.

§ 2º – Os sindicatos analisarão a documentação indicada no item “b” e, se as condições de trabalho

estiverem em conformidade com a legislação trabalhista, especialmente a que diz respeito à jornada

de trabalho, emitirão certidão atestando a regularidade do contrato de trabalho a fim de que os

expositores participem da feira.

§ 3º – Fica estipulada multa equivalente a duas vezes o maior piso salarial da categoria profissional,

que reverterá em favor dos sindicatos signatários, sem prejuízo da multa prevista no presente

instrumento normativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – HORÁRIO ESPECIAL DE NATAL

HORÁRIO ESPECIAL DE NATAL/2011:

De 01/12 a 02/12 das 09h00 às 18h30

De 05/12 a 08/12 das 09h00 às 19h00

De 12/12 a 16/12 das 09h00 às 21h00

De 19/12 a 23/12 das 09h00 às 22h00

SÁBADOS:

03/12 das 09h00 às 18h00

10/12 das 09h00 às 19h00

17/12 das 09h00 às 19h00

24/12 das 09h00 às 17h00

31/12 das 09h00 às 18h00

DOMINGOS:

04/12.....FECHADO

11/12 das 15h00 às 20h00

18/12.....das 10h00 às 19h00

25/12..... FECHADO

26/12 (segunda-feira) das 13h00 às 18h30

27/12 a 30/12.....NORMAL

FERIADO

09/12.....Das 09h00 às 19h00

A) HORAS EXTRAS – As horas extras laboradas neste período deverão ser pagas de forma escalonada, com adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento), para as primeiras 20 (vinte) mensais; 75% (setenta e cinco por cento) para as excedentes de 20 (Vinte) e até 40 (quarenta) mensais e de 90% (noventa por cento), para

as que ultrapassarem a 40 (quarenta) mensais, inclusive empregados comissionados.

B) EMPREGADOS ESTUDANTES – Os empregados estudantes e as gestantes, não serão obrigados a

cumprir ou assinar qualquer responsabilidade com seus respectivos empregadores.

C) LANCHES/REFEIÇÕES – Os empregados que, em regime de trabalho extraordinário, operarem após as

19h00 horas, farão jus a refeição fornecida pelo empregador ou a um pagamento no valor de R\$ 25,50 (vinte

e cinco reais e cinquenta centavos), por dia em que ocorrer tal situação. Tal parcela terá natureza

indenizatória.

D) CLÁUSULA ESPECIAL: No dia 09 de Dezembro de 2011, feriado municipal, o comércio funcionará das

9h00 as 19h00 horas, em compensação não funcionará nos dias 20/02/2012, 21/02/2012 (SEGUNDA-FEIRA

E TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL). No dia 22/02/2012 (QUARTA-FEIRA DE CINZAS) o comércio funcionará

das 13h00 ÀS 18h30 HORAS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – TRABALHO AOS DOMINGOS

Fica autorizado o trabalho dos empregados no comércio em geral, abrangidos pela presente

Convenção Coletiva de Trabalho, exclusivamente no segundo domingo de cada mês OU no domingo

imediatamente anterior a datas comemorativas (Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das

Crianças, Dia dos Namorados e Páscoa), no horário das 13h00 as 19h00, assegurando-se aos trabalhadores o recebimento do importe de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por domingo trabalhado, pagos em folha, e folga compensatória na semana seguinte ao labor. O valor previsto nesta cláusula não terá natureza salarial.
Férias e Licenças
Remuneração de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – FÉRIAS

O pagamento das férias, a qualquer título, inclusive proporcionais, será sempre acrescido com o terço constitucional, aplicável o disposto no Artigo 144 da CLT.
Licença não Remunerada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – LICENÇA NÃO REMUNERADA

As empresas com contingente maior que 20 (vinte) empregados por estabelecimento concederão licença não remunerada aos dirigentes sindicais eleitos e no exercício de seu mandato, para participação em reuniões, conferências, congressos e simpósios, licença que será solicitada pela entidade sindical, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e por prazo não superior a 10 (dez) dias ao ano.
Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão, os empregados perceberão férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 14 (quatorze) dias, conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 261).
Saúde e Segurança do Trabalhador
Campanhas Educativas sobre Saúde

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – ASSISTÊNCIA MÉDICOODONTOLÓGICA

As partes convenientes recomendam os empresários e os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo a manter plano e/ou seguro de saúde.
§ 1º – O valor pago pela empresa, a título de Plano de Saúde, não tem caráter salarial, não integrando a remuneração do empregado para nenhum efeito legal;
§ 2º – A importância despendida com plano de saúde é dedutível do imposto de renda, na forma da legislação aplicável, tanto da pessoa jurídica quanto da pessoa física.
Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO

O empregador, havendo condições técnicas, autorizará a utilização de assentos

apropriados nos momentos de pausa no atendimento ao público. Os empregados utilizarão os assentos com decoro e serão diligentes no caso de presença de clientes.
Relações Sindicais
Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas ficam obrigadas a encaminhar à Entidade Sindical dos Empregados, uma cópia de sua RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ou outro documento equivalente, contendo a relação e salários consignados na RAIS, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega do referido documento ao órgão competente. Fica obrigada a entidade sindical obreira a manter em sigilo as informações, salvo uso necessário.
Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas que compõem a categoria econômica, associadas ou não, beneficiárias desta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão em favor do SINDICATO INTERMUNICIPAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ, numa única e só parcela em guias próprias, a título de Contribuição Assistencial, à conta 149-1 da Caixa Econômica Federal, agência 1525, para manutenção dos serviços assistenciais da entidade, segundo deliberação da Assembléia Geral e conforme lhe faculta o Art. 8º, inciso IV da Constituição Federal e Art. 513, letras “b” e “c” da CLT, como contrapartida pecuniária face à representatividade absoluta da Entidade Patronal, de acordo com a tabela abaixo: A) Empresas com até 5 (cinco) funcionários, R\$50,00 (Cinquenta Reais); B) Empresas com mais de 5(cinco) funcionários, R\$10,00(Dez Reais) por funcionário. A contribuição acima referida deve ser recolhida até 30(trinta) dias após a data de assinatura da presente Convenção Coletiva, sendo que após a data, as empresas inadimplentes estão sujeitas a multa de 2% (dois por cento), juros não compensatórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor respectivo e correção monetária com base na variação do INPC. As guias serão fornecidas pela Entidade Sindical Patronal, para o recolhimento na data estipulada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Deverão os senhores empregadores proceder ao desconto e recolhimento da Taxa de

Reversão Assistencial

estabelecida em assembléia geral dos trabalhadores realizada em 12/05/2011, em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE GUARAPUAVA, no valor equivalente a 02 (dois) dias de remuneração

“per capita”, a ser descontado de todo empregado da categoria, na folha de pagamento do mês de OUTUBRO/2011 e recolhido até o dia 10/11/2011.

§ 1º – Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador arcará com o ônus, acrescido da multa estabelecida no Artigo 600 da CLT;

§ 2º – Deverá ainda proceder-se ao desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos após a data-base (JUNHO) com o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento, desde que não tenha recolhido no emprego anterior;

§ 3º – Fica assegurado aos empregados o direito de oposição do desconto da referida taxa, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, diretamente ao Sindicato ou ao empregador, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao registro da Convenção Coletiva de Trabalho, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, salvo em se tratando de empregado analfabeto, quando poderá opor-se pessoalmente, na sede do Sindicato ou perante o empregador, através de termo redigido por outrem, no qual deverá constar sua firma atestada por duas testemunhas devidamente identificadas. Se a oposição for apresentada perante o Sindicato, será fornecido recibo da entrega, o qual deverá ser encaminhado ao empregador para que não seja efetuado o desconto;

§ 4º – Para os efeitos do parágrafo anterior, repassarão as empresas rol com cópia das oposições, no prazo de 05 (cinco) dias após a data de oposição;

§ 5º – É vedado aos empregadores ou aos seus prepostos, assim considerados os gerentes e os integrantes de departamento de pessoal e financeiro, a adoção de quaisquer procedimentos visando a induzir os empregados em proceder oposição ao desconto, lhes sendo igualmente vedado a elaboração de modelos de documento de oposição para serem copiados pelos empregados;

§ 6º – O empregador ou seus prepostos que descumprirem a determinação do parágrafo quinto poderão ser responsabilizados, ficando sujeitos a sanções administrativas e civis, cabíveis, respondendo o empregador por multa correspondente ao maior piso salarial da categoria por infringência, a qual reverterá em favor do sindicato dos empregados;

§ 7º – O Sindicato profissional divulgará a Convenção Coletiva de Trabalho, e mais o que se refere às obrigações constantes nesta cláusula, não cabendo ao Sindicato Patronal e/ou empregador, qualquer ônus

acerca de eventual questionamento judicial ou extrajudicial a respeito da contribuição fixada;

§ 8º – O desconto da Contribuição Assistencial se faz no estrito interesse da entidade sindical subscritora e se destina a financiar os seus serviços sindicais, voltados para a assistência ao membro da respectiva categoria

e para as negociações coletivas;

§ 9º – A presente cláusula tem vigência de 12 (doze) meses, a iniciar em 01/06/2011. Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – COMISSÃO MISTA

Fica convencionada a criação de comissão mista, composta de 02 (dois) membros, designados 01

(um) pela entidade sindical dos empregados e 01 (um) pela entidade sindical dos empregadores, cujas atribuições serão as de estudar e orientar quanto a dúvidas que surjam na interpretação desta

Convenção Coletiva de Trabalho. A mesma comissão poderá também, empregados e/ou empregadores, submeter problemas decorrentes da relação de emprego, para tentativa de conciliação.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – BASE TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, aplica-se aos contratos de trabalho da categoria dos

empregados no comércio (1o Grupo do plano de representação da Confederação Nacional dos

Trabalhadores no Comércio, conforme quadro de atividades e profissões anexo ao Artigo 577 da CLT)

nos municípios de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, CAMPINA DO SIMÃO, CANDÓI, CANTAGALO,

CHOPINZINHO, FOZ DO JORDÃO, GOIOXIM, GUARAPUAVA, HONÓRIO SERPA, INÁCIO MARTINS,

LARANJEIRAS DO SUL, MANGUEIRINHA, MARQUINHO, MATO RICO, NOVA LARANJEIRAS, NOVA

TEBAS, PINHÃO, PITANGA, PORTO BARREIRO, RESERVA DO IGUAÇU, RIO BONITO DO IGUAÇU,

SANTA MARIA DO OESTE, SAUDADE DO IGUAÇU, SULINA, TURVO e VIRMOND.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – PENALIDADE

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, em obediência ao disposto no Artigo

613, inciso VIII da CLT, fica estipulada multa de ½ (meio) salário mínimo em favor da parte prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – RENEGOCIAÇÃO

Na hipótese de alterações na legislação salarial em vigor, ou alteração substancial de condições de

trabalho e salário, as partes se reunirão para examinar seus efeitos, para adoção de

medidas que
julgarem necessárias com relação à cláusula dos pisos salariais, facultando-se o Dissídio
Coletivo no
caso de insucesso da negociação.

MARISA DE FATIMA CHEMERES DE LIMA
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GUARAPUAVA
SIGISMUNDO MAZUREK
Presidente

SINDICATO INTERMUNICIPAL DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS
DE CONSTRUCAO NO ESTADO DO PARANA

Download:
CCT.MAT.CONST.2011-2012.PDF